



PRODUÇÃO E MERCADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE AGRICULTORES DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE

**Marlise Lovatel
Marcio Gazolla**

Resumo: O trabalho objetivou avaliar os alimentos produzidos e elaborados pelos agricultores orgânicos, bem como as motivações para a mudança (transição) de um 'modelo moderno' de agricultura para a de base ecológica. Além disso, levantar e explicar a dinâmica dos diferentes canais de comercialização e mercados construídos pela produção orgânica. A metodologia de investigação utilizada baseou em um estudo qualitativo, com pesquisa de campo, na qual foram aplicadas seis (6) entrevistas semi estruturadas junto a famílias de agricultores orgânicos, na Região Extremo Oeste de Santa Catarina, especialmente no Município de Descanso/SC. Conclui-se que as famílias realizaram processos de transição ecológica por diferentes motivações pessoais, econômicas, sociais e ambientais, bem como que o sistema produtivo é reproduzido com base na diversidade produtiva e alimentar de produtos que são comercializados. Também igualmente importantes são os mercados construídos, especialmente as cadeias curtas agroalimentares, pelos quais a maior parte das vendas dos alimentos é realizada, baseando-se em relação sociais de proximidade entre agricultores e consumidores.

Palavras-chave: Agricultura familiar orgânica. Alimentos e mercados orgânicos. Região do Extremo Oeste de SC. Desenvolvimento regional.

1 Introdução

A agricultura familiar orgânica pode ser caracterizada como polissêmica devido às práticas dos agricultores de cada região e da própria percepção dos mesmos. Enquanto escola de agricultura de origem biológica, a agricultura orgânica teve origem principalmente com Sir Albert Howard, conhecido como "pai" da agricultura orgânica. Fruto de aprendizado na observação das culturas de camponeses hindu e chinesa e experimentos com matéria orgânica formulou uma doutrina abrangente, que resulta em uma produção limpa, sem veneno, capaz de manter e melhorar a fertilidade dos solos e de gerar produtos com alta qualidade biológica (HOWARD, 2007).

A produção orgânica dentro da dinâmica do sistema agroalimentar vem crescendo e essa expansão dos mercados de alimentos orgânicos no mundo tem feito crescer a inclusão e participação de grandes empresas inseridas em cadeias complexas de produção e distribuição (DIAS et al, 2015). Nesse sentido, os orgânicos são ao mesmo tempo alternativa dentro do sistema agroalimentar praticado por agricultores familiares,



mas também, podem ser considerados convencionais em alguns países, devido às ações dos “impérios agroalimentares”, sejam indústrias varejistas e demais atores econômicos que investem na produção, processamento e comercialização de orgânicos em escala industrial (PLOEG, 2008). A convencionalização dos orgânicos nestes mercados pode representar um risco às relações de confiança que acontecem em cadeias curtas de abastecimento em que a produção de origem na agricultura familiar chega até o consumidor com ausência de grande número de intermediários.

Esta relevância da produção orgânica no Brasil pode ser ilustrada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, em que foram identificados 90.498 produtores orgânicos em nível nacional, mas apenas 5.106 com certificação (VIGOLO; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2016). A região Sul do Brasil segundo dados do IBGE de 2006, mostra a existência de 1.924 estabelecimentos orgânicos certificados por entidade credenciada, sendo 909 do Paraná, 662 do Rio Grande do Sul e 353 de Santa Catarina (IBGE, 2009).

A Região Extremo Oeste Catarinense (EOC) caracteriza-se por possuir unidades de produção familiar. Um levantamento realizado com base no ano de 2001 pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA) e publicado por Oltramari, Zoldan e Altman (2002), constatou a presença de 706 propriedades com o manejo orgânico no estado (241 certificadas), sendo a maior concentração na região Oeste com 307 agricultores. Com base nos dados acima, pode-se observar aumento de 241 famílias certificadas em 2001, para 353 em 2006.

A comercialização da produção gerada nas unidades familiares em estudo neste artigo surgiu em cadeias curtas ou circuitos curtos de comercialização que são caracterizados pelos poucos quilômetros que o alimento percorre efetuando-se em cooperativas, feiras e mercados locais do município e região (MARSDEN; BANKS e BRISTOW, 2000). A partir do momento que estas famílias começaram a ter um produto diferenciado ambientalmente, buscaram espaços e formas próprias de comercialização estabelecendo relações de confiança e proximidade social e espacial com consumidores. Também se inseriram em programas governamentais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por esta crescente importância dos sistemas de produção e comercialização orgânicos na Região EOC buscou-se investigar as dinâmicas do mesmo no presente trabalho. O objetivo foi avaliar os alimentos produzidos e elaborados pelos agricultores orgânicos, bem como as motivações para a mudança (transição) de um ‘modelo



moderno' para a agricultura de base ecológica. Além disso, levantar e explicar a dinâmica dos diferentes canais de comercialização e mercados construídos pela produção orgânica. Para atingir tal objetivo, foram entrevistadas (semiestruturadas) seis famílias desta região, especificamente no município de Descanso/SC.

O trabalho está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira discute as noções de agricultura familiar e de sistemas de produção. A segunda as noções de sistema orgânico de produção e os processos de certificação orgânica. A última apresenta e discute os principais resultados de pesquisa, especialmente as motivações das famílias para efetuarem a transição ecológica da produção, os alimentos produzidos e processados e os canais de comercialização e mercados orgânicos pelos quais os produtos circulam e são transacionados.

2 Agricultura familiar e os sistemas de produção agrícola

A agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família ao mesmo tempo em que trabalha no estabelecimento, é proprietária dos meios de produção. Por associar família-produção-trabalho interfere na estrutura produtiva para a forma como age econômica e socialmente, atingindo no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1999). A expressão “agricultura familiar” se consolidou no contexto econômico e social brasileiro, grandemente através de processos de luta política dos movimentos sociais rurais, mobilizados pelas organizações dos agricultores familiares em busca de políticas públicas específicas para este setor. Boa parte da legitimação se deu de fato através do Pronaf em 1996 e pela Lei federal nº 11.326, que estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Também pela retomada dos estudos e debates acadêmicos com distintos olhares sobre a ruralidade brasileira, que auxiliou na ampliação do escopo temático tradicional (MATTEI, 2014).

Mesmo sendo reconhecida pela sua diversidade social e produtiva, a agricultura familiar caminha ao longo de sua história por trajetórias previamente definidas pelo processo de modernização do campo, o que foi também estimulado pelas próprias políticas públicas para a agricultura familiar. O processo de modernização do campo tem direcionado os sistemas de produção predominante, estando embasados na aplicação de



tecnologias buscando o máximo de rendimentos e produtividades, difundido em todo o Brasil.

Este tipo de agricultura também é conhecida como resultante da “Revolução Verde” intensificando-se após a Segunda Guerra Mundial. Conforme Altieri (2002), as práticas desta agricultura se caracterizam pelo uso intensivo do solo em monocultura, usufruindo-se no manejo de maquinários especializados e movidos normalmente pela energia não renovável. Utilização de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, comumente mascarados de “defensivos agrícolas” para manejo de insetos e plantas espontâneas que venham a ocorrer nas lavouras, e a manipulação genética objetivando-se sempre o aumento da produtividade e lucratividade por área.

Frequentes alterações e desequilíbrios são perceptíveis no ambiente pela interferência do homem, nesse sentido Stringheta e Muniz (2003) fazem questionamentos acerca dos diferentes sistemas de produção agrícola no que diz respeito à sustentabilidade, que se transcreve na capacidade dos sistemas em conservar e melhorar os recursos produtivos, como solo, água, ar e biodiversidade, de forma que permita uma produção adequada de alimentos para gerações futuras.

A agricultura ocupa cerca de 38% da cobertura terrestre do planeta, e embora forneça suprimentos crescentes de alimentos e outros produtos, é um dos principais contribuintes para produção de gases de efeito estufa, perda de biodiversidade, poluição por agrotóxicos e degradação do solo. A maioria dessas consequências ambientais vêm de áreas agricultáveis que compreende cerca de 12% da cobertura da terra, mas que apresentam pouca cobertura vegetal como proteção. O desafio de alimentar uma população em crescimento, que deverá atingir 9 a 10 bilhões de pessoas até 2050, e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente, traz na preocupação sobre a insustentabilidade da agricultura moderna. Nesse sentido surge o interesse em outros sistemas agrícolas, tais como a agricultura orgânica, que tem levado à adoção de práticas produtivas mais sustentáveis (REGANOLD; WACHTER, 2016).

Nessa direção e no contexto agrícola e agroalimentar, o agricultor assume uma dimensão política enquanto ator social, podendo ser um ator da agricultura moderna, resultado da ação do próprio Estado e dos mercados de *commodities*, com interferência nas transformações da agricultura e do meio rural, como também por outro lado, agricultores familiares podem ser protagonistas dos processos sociais que vivenciam e o lugar que ocupam na sociedade. Quando participam, seu comportamento emerge como



o resultado de sua capacidade de resistência e de inovação perante imposições “externas” da sociedade, principalmente de empresas difusoras da modernização agrícola e das práticas de dependência e produtivismo (WANDERLEY, 2009).

Assim, pela ação de agricultores familiares enquanto atores ativos e agentes de mudança na sociedade percebe-se o início do processo de transição da agricultura dos moldes da modernização agrícola para uma agricultura mais sustentável, que podemos considerar pelas práticas da agricultura orgânica. Muito embora a agricultura orgânica não propõe soluções milagrosas, pode contribuir significativamente para melhorias do sistema de produção agrícola, na independência de insumos externos, conservação de recursos naturais e valorização de aspectos sociais e culturais locais, oportunizando maior desenvolvimento endógeno e possibilidades de sustentabilidade.

A necessidade de desenvolvimento em torno dos sistemas de produção agrícola, deve estar articulado com as ações do ser social, principalmente nas ações voltadas à contextos locais e regionais, com práticas que respeitem suas identidades, o que pode oportunizar maior autonomia aos envolvidos. Nesse sentido, um dos principais desafios é sincronizar os sistemas de produção nos territórios, na sua sustentabilidade ambiental, social e econômica ao desenvolvimento.

3 Sistema orgânico de produção e certificação

O termo orgânico, conforme sugere Stringheta e Muniz (2003), tem um sentido genérico para designar produtos provenientes de vários métodos ou sistemas de manejo agrícola, entre os quais faz referência às diversas formas de produção alternativa, inclusive da aplicação da agroecologia, que não se apresenta somente como uma forma de produção, mas também como sistema diferenciado de modos e meios de vida. Cada uma das linhas alternativas de produção da agricultura de base ecológica obedece a um conjunto de princípios que as diferenciam.

Para Altieri (2002) a agricultura orgânica é um sistema de produção agrícola que evita ou praticamente exclui os fertilizantes ou pesticidas sintéticos. Sempre que possível, os insumos de origem externa como os agroquímicos, são substituídos pelos recursos internos, encontrados na propriedade ou em suas proximidades. Esses recursos internos incluem energia solar ou eólica, controle biológico de pragas, fixação biológica de nitrogênio ou outros nutrientes liberados pela matéria orgânica ou pelas reservas do solo.



No Brasil as escolas de agricultura de base ecológica foram normatizadas pela legislação federal, estando todas inclusas no “Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial”, conforme prevê a Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e regulamentado em 27 de dezembro de 2007 pelo Decreto nº 6.323 pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2017). Pela aplicação desta legislação e todos os desdobramentos em instruções normativas específicas, muitas famílias viram-se obrigadas a modificar alguns procedimentos para a produção e comercialização, pela necessidade de certificação e registros de práticas e procedimentos adotados.

Medaets e Medeiros (2004) especificam que a certificação ocorre quando uma terceira-parte assegura por escrito que um produto, serviço, sistema, processo ou material está em conformidade com uma exigência específica, e, o credenciamento desta terceira parte é o procedimento pelo qual uma autoridade reconhece formalmente que uma entidade ou pessoa é competente para realizar tarefas específicas. No caso do produto orgânico a certificação, ou a adequação da conformidade é a forma de controle da procedência desse produto e da sua diferenciação nas formas de obtenção, em relação à agricultura de base química.

A legislação brasileira reconhece três formas de certificação: por auditoria, controle social e participativo. Na certificação por auditoria faz-se necessário que as certificadoras monitorem todo o processo de produção e de processamento da matéria-prima, sendo essa responsável pelo controle de qualidade requerido, os produtos devem conter o selo da certificadora, e de produto orgânico (“Orgânico Brasil”) (BARBOSA; LAGES, 2006). O controle social visa a certificação pela venda direta, é concedida para a produção que deve ser comercializada direto ao consumidor final, não podendo o produto passar por intermediários por meio de revenda. A certificação é feita cadastrando produtores e seus respectivos produtos diretamente ao órgão regulamentador, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e somente levam o selo de “Orgânico Brasil” concedido pelo MAPA. Para Medaets e Medeiros (2004) este último é um processo ativo que se manifesta no sentido de direcionar ou orientar o comportamento das pessoas, ou seja, o controle desta qualidade e condição orgânica é feito socialmente.

A certificação participativa, conforme Medaets e Fonseca (2005) envolve um número expressivo de produtores e se coloca como alternativa ao sistema formal de certificação por auditoria externa. Esse movimento de certificação participativa teve início



na Região Sul do Brasil, no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia, que tinha como premissa principal a promoção da agroecologia. Esta rede é formada por núcleos regionais e estes formados por grupos de agricultores, consumidores e entidades representativas locais. Cada núcleo da rede possui uma comissão de certificação formada por representantes de cada grupo, esta comissão de forma recíproca fiscaliza as unidades produtivas, a produção e as agroindústrias, da mesma forma que recebe fiscalização. É um vínculo jurídico entre credores ou devedores de uma mesma obrigação, cada um deles com direitos e deveres iguais (ECOVIDA, 2012). Destaca-se que as famílias desta pesquisa eram certificadas neste formato participativo.

A Rede Ecovida de Agroecologia tornou-se uma certificadora participativa ao mesmo tempo, em que é uma rede alternativa para produção e organização das atividades agroalimentares. Criada em 1998, surgiu como fruto da articulação de movimentos sociais como alternativa ao sistema de produção agrícola de base química e dominante. Até 2013 a rede contava com 24 núcleos regionais, abrangendo aproximadamente 170 municípios, reunindo em torno 3.500 famílias organizadas em 200 grupos de agricultores, 31 ONGs e 20 cooperativas de consumidores, estando presente também em mais de 100 feiras ecológicas de todo sul do Brasil (ROVER; LAMPA, 2013). Contudo a estimativa é de que tenham aumentado, pois a cada ano a rede agrega mais pessoas e organizações. Esta rede propõe a construção de formas alternativas de comercialização, que priorizem a ampliação do acesso aos produtos ecológicos, bem como as relações voltadas ao mercado local, sendo formada por grupos de produtores, técnicos e consumidores.

4 Metodologia da pesquisa

A pesquisa realizada é qualitativa, tendo como instrumento entrevistas semiestruturadas, através das quais foi possível obter relatos e informações do que os agricultores consideram mais importante sobre a transição ecológica, alimentos produzidos e os mercados construídos. Tendo como local de investigação o Município de Descanso, Extremo Oeste do estado de SC, a amostra dos agricultores, num total de seis entrevistados, foi intencional e dirigida, por estarem inseridos na produção orgânica há aproximadamente 12 anos. Também por servirem de referência a outros agricultores em processo de transição, bem como consumidores e estudantes.



A Região EOC é formada por 21 municípios em sua grande maioria com dinâmica rural, embasada na produção agrícola familiar (Figura 1). Sua estrutura fundiária é caracterizada pela pequena propriedade, sendo 94,2% no estado com menos de 50 hectares (IBGE, 2009), o que representa a característica também das seis famílias entrevistadas. O relevo da região é montanhoso, o que dificulta o trabalho com máquinas em lavouras para a produção agrícola, direcionando assim as alternativas econômicas para atividades agropecuárias. Contudo, boa parte das cadeias agropecuárias são praticadas de forma dependente de empresas do setor agroalimentar. Nesse contexto como forma de viabilizar a sobrevivência das pequenas unidades de produção, os agricultores familiares buscaram no sistema orgânico mudanças de práticas e processos que pudesse lhes proporcionar maior autonomia e qualidade de vida.

Figura 1. Município de Descanso e estado de Santa Catarina.



Fonte: www.ameosc.org.br (2012).

As seis famílias entrevistadas fazem parte de grupo “Guapo Vida” que envolve diretamente 22 pessoas, integram a Rede Ecovida de Agroecologia através do Núcleo Vale do Rio Uruguai. As entrevistas realizadas no ano de 2012 foram feitas de forma individual em suas respectivas unidades de produção familiar. Os dados coletados buscaram uma relação entre a produção, diversidade, áreas da unidade produtiva, locais de comercialização e agregação de valor dos mesmos, verificando também a efetivação da certificação orgânica.

Este trabalho também é baseado em material elaborado para a conclusão de especialização *Lato sensu* MBA Gestão Ambiental com Ênfase em Perícia, Auditoria e Legislação Ambiental no ano de 2012, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina



(UNOESC), com artigo elaborado de título “Certificação orgânica em unidades de produção familiar na região Extremo Oeste Catarinense”. Também representa algumas reflexões acerca do trabalho de campo como extensionista rural junto às famílias de agricultores da região EOC em sistema de transição orgânica, na busca por produções e atividades mais sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental. Assim como tem feito parte das pesquisas iniciais sobre a Dissertação de Mestrado em curso, intitulada “Novidades e transições sociotécnicas em torno do leite orgânico: um estudo na região Extremo Oeste de Santa Catarina”, em elaboração junto ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da UTFPR – Campus Pato Branco/PR.

Importante ressaltar que estas famílias foram algumas das pioneiras na região EOC em efetuar a transição para o sistema orgânico de produção. Destaca-se que a mais de 10 anos atrás, o trabalho com agricultura orgânica era visto pela comunidade regional (em geral) como um sistema atrasado e ineficiente, e estas famílias tiveram persistência em seus propósitos ao vislumbrar melhorias sociais, ambientais e econômicas com a mudança de sistema de produção, que foi gradativo no tempo e no espaço.

5 Motivações dos agricultores, produção e mercados construídos através dos alimentos orgânicos

As unidades de produção objeto da pesquisa são familiares e que não contratam força de trabalho. Exploram somente áreas próprias e contam com boa parte das terras cobertas por remanescente de vegetação nativa, somando mais de 20% da área total. Esta cobertura vegetal oportuniza o fornecimento de materiais lenhosos para uso nas atividades, bem como serve para abrigar a biodiversidade do Bioma Mata Atlântica nestas pequenas áreas. Partes consideráveis destes remanescentes têm declive acentuado, não tendo aptidão para monoculturas e trabalho mecanizado.

Nesse sentido as famílias entrevistadas foram empreendedoras, o que reafirma o conceito de Wanderley (2009) sobre a grande capacidade de adaptação da agricultura familiar nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Esta capacidade resulta em estratégias familiares, em suas dimensões multifacetárias, origem da



heterogeneidade das formas sociais e que constroem formas diferenciadas de manejar seus sistemas de produção e modos de vida.

As famílias desta pesquisa estavam inseridas em sistemas produtivistas, característicos da agricultura moderna. As atividades eram executadas de forma dependente de insumos industriais das empresas do setor agroalimentar, que exigia cada vez mais produtividade e concentração das respectivas atividades em escalas crescentes para “viabilizar” a permanência e acesso aos mercados preconizados por estas empresas. A grande dependência de insumos e tecnologias, a contaminação de recursos naturais e a vulnerabilidade social fizeram os mesmos se mobilizarem na busca de alternativas viáveis para sua produção, sua unidade agrícola e sua família.

Diversos foram os motivos que levaram estas famílias à produção orgânica, gerando uma nova configuração produtiva, organizacional e comercial. As mudanças de práticas de manejo, produção e comercialização oportunizaram a transição do sistema de produção para o orgânico. Entende-se por transição o período necessário para se estabelecer um sistema produtivo viável, sustentável e correto, dos pontos de vista econômico e ecológico. Este período se faz necessário e deve ser suficiente para promover a descontaminação do ambiente e tentar reestabelecer a equilíbrio do agroecossistema¹ (Stringheta; Muniz, 2003). Nos processos de transição ocorrem transformações também sociais, principalmente pela apropriação de conhecimento construído de forma coletiva, ação e experimentação à nível de agroecossistema e pela maior autonomia nas práticas de manejo e comercialização. A seguir no Quadro 01 destacam-se as principais motivações para a transição de sistema de produção para o orgânico.

¹ Agroecossistemas: Unidade ecológica principal. Contém componentes bióticos e abióticos interdependentes e interativos, por intermédio dos quais se processam os ciclos de nutrientes e o fluxo de energia (ALTIERI, 2002. p.85-86).



Quadro 01: Motivos que levaram as famílias à transição ecológica no sistema de produção

Família 01	<ul style="list-style-type: none"> - Sobrecarga de trabalho com integração na produção animal; - Excessiva utilização de agrotóxicos em culturas anuais, com diminuição gradativa de eficiência; - Contaminação do solo e da água; - Grande incidência de insetos praga e doenças nos cultivos; - Dependência química, aplicações de agrotóxico muito frequente em cada safra; - Não queria ver o filho passando veneno; - Saúde dos membros da família; - Custo de produção elevado dos insumos para as atividades; - Falta de poder de negociação do valor dos produtos comercializados;
Família 02	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca área de terra disponível para grandes culturas; - Terra declivosa; - Falta de oferta de água na unidade produtiva; - Monocultura que apresentava cada vez mais problemas; - Dependência de empresas na produção e comercialização; - Saúde dos membros da família; - Custos de produção elevados; - Pouca rentabilidade;
Família 03	<ul style="list-style-type: none"> - Endividamento causado pelo sistema convencional; - Contaminação das pessoas da família na execução das tarefas no trabalho; - Saúde dos membros da família; - Dependência de empresas no fornecimento de insumos; - Custos de produção elevados; - Degradação do solo e baixas produtividades; - Perdas de solo pelo sistema de cultivo (aração e gradagem), por possuir imóvel com solo raso; - Área de produção limitante pra trabalho mecanizado; - Diminuição da presença de inimigos naturais para controle de insetos e pragas; - Aumento da ocorrência de doenças nas culturas pelo excesso de adubação química;
Família 04	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde dos membros da família; - Desejo de que os filhos fiquem na unidade produtiva com qualidade de vida; - Menor dependência química na produção; - Poder consumir alimentos saudáveis; - Diminuir os custos de produção;
Família 05	<ul style="list-style-type: none"> - Área de terra pequena; - Pouca mão-de-obra; - Desejo de não contaminar solo, água e alimentos; - Saúde dos membros da família; - Poder decidir o que e como plantar e para quem vender; - Poder ir a feira e conversar com os consumidores; - Aproveitar os insumos disponíveis na propriedade para produção; - Ter mais diversidade de alimentos e tempo para produzi-los.
Família 06	<ul style="list-style-type: none"> - Consciência ecológica; - Saúde dos membros da família; - Produção de alimentos mais limpos para as pessoas que forem consumir; - Equilíbrio ambiental na unidade de produção; - Desejo ter uma unidade de produção livre de agentes contaminantes; - Desejo de não ter dependência produtiva, com empresas multinacionais.

Fonte: pesquisa de campo (2012).



Pela descrição do Quadro 01 percebe-se que os motivos foram diversos, contudo, o que aparece em todos os depoimentos é a “saúde dos membros da família” que mostra a preocupação no bem estar dos atores envolvidos em cada unidade de produção. Outra característica que o quadro mostra, é a preocupação na tentativa de diminuir a dependência de empresas externas que comandavam as formas de cultivo pelo fornecimento de insumos com altos custos. E, o endividamento e dependência financeira como consequência, o que gerava muita vulnerabilidade das famílias frente ao sistema que se encontravam. Estes fundamentos vão de encontro com pesquisa retratada por Honorato, Silveira e Machado Filho (2014), sobre as motivações para transição ao sistema orgânico de produção, onde citam à partir dos agricultores pesquisados: redução dos custos de produção, melhoria de renda, melhor saúde para a família, qualidade de vida, não utilização de venenos, melhorar as condições do solo e a independência tecnológica.

Nesta direção da dependência tecnológica e de empresas externas, pode-se ressaltar o que Ploeg (2008), aborda sobre a ascensão dos impérios alimentares como princípio orientador que cada vez mais governa a produção, processamento e distribuição bem como consumo dos alimentos. Atuando através da exploração ecológica e sem considerar aspectos socioeconômicos levando à degradação da natureza, dos agricultores e da qualidade dos alimentos.

Destaca-se que as motivações do Quadro 01 podem ser agrupadas por aspectos ambientais, sociais e econômicos. Ambientais, quando citam a contaminação do solo e água, perda de solo, dependência química de insumos para produção e o desejo de produzir com mais diversidade e qualidade, entre outras. Segundo Altieri (2002), os problemas ambientais pertinentes à agricultura moderna foram denunciados no questionamento de impactos secundários no ambiente causados por substâncias tóxicas, especialmente os inseticidas. A toxicidade dos agroquímicos é apenas um dos problemas ambientais, uma vez que o uso dos recursos energéticos torna-se cada vez mais preocupante.

Dentre as motivações do aspecto social destaca-se a preocupação com a saúde dos membros da família, não querer que o filho passasse veneno, ter sucessor na unidade de produção, desejo de ter independência produtiva e autonomia para escolher o que plantar e como cultivar e pelo direito de consumir alimentos mais saudáveis. Conforme Brito, Gomide e Câmara (2009), a utilização maciça de insumos químicos vem



trazendo, há várias décadas, incalculáveis prejuízos ao ambiente e ao homem. Os riscos de intoxicação humana acontecem não somente através do trabalho na agricultura. Em certas áreas agrícolas, o simples fato de “respirar” pode se tornar uma fonte de exposição, tendo em vista que, durante a atividade de pulverização como forma de aplicação de agrotóxicos, existe a dispersão destes produtos no ambiente, afetando diretamente o agricultor e sua família.

No aspecto econômico cita-se a grande incidência de insetos, pragas, altos custos de produção, falta de poder de negociação dos preços de compra de insumos e de venda de seus produtos, dependência de empresas multinacionais na produção e comercialização e a pouca rentabilidade efetiva. Para Almeida (1995), o contexto socioeconômico no agroecossistema deve interagir com subsistemas de produção de bens e serviços, voltados tanto para os mercados quanto para o consumo da família produtora. A dupla função, as relações sociais envolvidas e as diferentes formas de renda, constituem elementos centrais das estratégias de reprodução econômica que devem contemplar o aspecto em que a família troca sua produção por moeda corrente, como também a geração de rendas não monetárias como o autoconsumo. O que as empresas do setor agroalimentar exigem, é uma especialização produtiva, extinguindo formas diversificadas de produção de alimentos e produtos para autoconsumo.

No decorrer do processo de transição ecológica, as famílias buscaram muita capacitação, troca de experiências e visitas a outras propriedades orgânicas para conhecer alternativas técnicas possíveis. E fazem uma crítica aos órgãos de assistência técnica e extensão rural por não oportunizarem acompanhamento às mesmas na mudança de sistema produtivo, ao contrário levavam o pacote tecnológico da modernização como modelo. Isso corrobora com Pettan (2010), quando aborda que os serviços de Ater no Brasil foram direcionados pela política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. Considerando muito pouco as características do ecossistema local, aspectos culturais e as dinâmicas regionais.

Entre as dificuldades encontradas no processo de transição para a agricultura orgânica destaca-se uma citação do agricultor da Família 03, que dentro dos depoimentos obtidos junto às entrevistas, pode-se enfatizar uma colocação importante: *“Pagar as contas deixadas pelo sistema convencional, do qual um dia fizemos parte”*. Isso mostra os grandes investimentos que se viram obrigados a efetuar anteriormente



nos moldes da agricultura moderna, apesar de possuírem área de terra limitante. Os grandes investimentos foram efetuados para que pudessem tentar alcançar maiores produtividades, mesmo que esse aumento em produção não significasse, de fato, aumento no rendimento financeiro para o agricultor, mas eram exigidas maiores escalas produtivas pelas empresas das quais estavam com sua produção integrada. Essas práticas provocam dependência e descapitalização por parte dos agricultores, onde os mesmos enfrentam problemas pela normatização e regulamentação da produção e comercialização (PLOEG, 2008).

Outra dificuldade citada foi sobre a política agrícola no Brasil, onde no período de transição das famílias não havia seguro agrícola para a atividade orgânica, pois os insumos em sua maioria não são comprados. Assim, não possuem documento fiscal sobre essa produção, ficando à margem do comportamento e risco climático no decorrer das safras. Nesse sentido, os processos de transição foram feitos de forma cautelosa e gradativa pelas famílias, cada unidade de produção familiar da pesquisa tinha características ambientais, sociais, econômicas e de manejo parecidas, mas não idênticas. Pela diversidade de formas dos agroecossistemas cada família fez de acordo com as suas percepções as mudanças em técnicas de produção e na busca por mercados para comercialização.

Nessa direção é importante destacar a ação dos atores sociais no processo de mudança, ou transição. Para Caporal e Costabeber (2004), práticas da agricultura de base ecológica mais do que tratar sobre o manejo adequado ou ecológico dos recursos naturais, constitui um campo de conhecimentos científicos contribuindo para o redirecionamento do curso alterado da co-evolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência, incorporando o potencial endógeno e sociocultural dos atores envolvidos. Nesse contexto, a seguir destaca-se no Quadro 02 o ano de transição para a produção orgânica e os respectivos produtos e alimentos de maior importância comercializados pelas famílias.



Quadro 02: Famílias investigadas, ano de início da produção orgânica e principais produtos comercializados

Família	Ano da Transição	Produtos comercializados
Família 01	2006	Milho, trigo, soja, linhaça, centeio, farinha de trigo e de centeio, leite, carne bovina, frutas e olerícolas.
Família 02	2006	Panificados, açúcar mascavo, melado de cana, doce de frutas, olerícolas, leite, carne bovina.
Família 03	2006	Panificados, açúcar mascavo, melado de cana, doce de frutas, olerícolas, frutas, leite, carne bovina, artesanato.
Família 04	2007	Leite e olerícolas
Família 05	2006	Olerícolas, leite e panificados
Família 06	2010	Frutas

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Segundo o Quadro 02, destaca-se que o grupo teve seu processo de transição e certificação principalmente no ano de 2006, as famílias 04 e 06 entraram no grupo posteriormente, assim que fizeram a transição em 2007 e 2010, respectivamente. Percebe-se também uma grande diversidade de alimentos produzidos, com destaque para grãos, frutas e a produção de leite. As atividades citadas no Quadro 02 estão previstas no plano de manejo das unidades de produção. Este plano de manejo tem as premissas definidas pela certificadora, neste caso pela Rede Ecovida de Agroecologia e Certificação Participativa, sendo feito de forma conjunta por toda a família, algumas delas tiveram auxílio de técnicos de Ater na sua elaboração. O plano projeta as atividades ao longo de cinco anos, deve contemplar a previsão de atividades por glebas nos imóveis trabalhados, respeitando a rotação de culturas, previsão de uso de produtos sanitários permitidos pela legislação, produtividade e mercados acessados/previstos (ECOVIDA, 2012).

Os processos de transição e certificação geram alguns conflitos conceituais pelas diferentes escolas de agricultura de base ecológica, que foi padronizada pela legislação federal. Bem como sobre o aspecto que ao mesmo tempo em que um selo de certificação pode exprimir confiabilidade, exige maior empenho burocrático por parte de agricultores ecológicos em provar a qualidade do seu produto. Enquanto que os praticantes da agricultura de base química tampouco necessitam comprovar suas práticas (RADOMSKI, 2013).



Aponta-se também no Quadro 02, a presença de produtos processados, sendo principalmente panificados e derivados de cana-de-açúcar. Esses produtos processados eram produzidos de maneira informal, ou seja, não obtinham a legalização sanitária para agroindustrialização nas normas do Estado e legislação pertinente. É fundamental ressaltar que a não legalização sanitária desses produtos advinha da dificuldade de adequar-se na legislação para agroindustrialização, que em regra aplica exigências estruturais com pouca ou nenhuma diferença da produção familiar e industrial. Assim, também não eram passíveis de obter o selo da certificação orgânica, partindo-se do pressuposto que o selo de orgânico para produto processado só pode se viabilizar para produtos legalizados nas demais exigências sanitárias e fiscais.

Mesmo com esta limitação, as famílias não viam restrições por parte dos consumidores por serem oriundos de processos caseiros e coloniais. A credibilidade dos consumidores neste sentido estava embasada na confiança das práticas da família, que os recebiam também em suas unidades produtivas onde pudessem conhecer o agroecossistema e as formas de produção. A credibilidade se dá em maior grau pela confiança e proximidade, do que por um selo de normatização (DAROLT, 2013).

Para Meirelles (2002), historicamente a venda de produtos oriundos da agricultura familiar, se dava através de relações sociais de confiança e credibilidade por parte do consumidor que na maioria das vezes era conhecedor de todos os membros da família produtora de alimentos, os quais eram autores da produção em questão. Para o autor, a forma como vem ocorrendo a certificação é exemplo emblemático de como a chegada aos mercados pode ser acompanhada de práticas incoerentes com alguns dos princípios e das percepções que se aglutinam em torno do conceito de produção sustentável. Do pressuposto lógico e pertinente de que o consumidor tem direito à garantia da qualidade do produto que adquire, derivou-se para a defesa de uma estrutura burocrática de certificação, que trabalha com inspeções e auditorias e parte de uma premissa de desconfiança dos agricultores.

Nessa direção no Quadro 03, descreve-se os produtos e alimentos com maior importância socioeconômica para as famílias, a presença de certificação e os principais canais de comercialização e mercados. Um primeiro aspecto que chama a atenção é a grande ênfase para as cadeias curtas construídas para a colocação dos orgânicos nos mercados. Conforme Renting, Marsden e Banks (2003), as cadeias curtas (CC) são caracterizadas pelos poucos quilômetros que o alimento percorre e são uma estratégia



de maior autonomia do agricultor, em relações diferenciadas de proximidade social e espacial, estabelecendo vínculos e (re)ligações entre produtores e consumidores alimentares.

Quadro 03. Produtos e alimentos com maior importância, presença de certificação e canais de comercialização locais e cadeias curtas

Produto	Certificação		Canais de Comercialização dos alimentos e produtos
	Sim	Não	
Açúcar Mascavo		x	Feira livre municipal, PNAE, PAA, na unidade produtiva e porta-em-porta.
Centeio	x		Cooperbiorga, feira livre municipal.
Doce de Frutas		x	Feira livre municipal e na unidade produtiva.
Frutas	x		Feira livre municipal, PNAE, PAA, mercado varejista e na unidade produtiva.
Leite		x	Laticínio atacadista.
Linhaça	x		Cooperbiorga, feira livre municipal, porta-em-porta, e mercado varejista.
Melado de cana		x	Feira livre municipal, PNAE, PAA, na unidade produtiva e porta-em-porta.
Milho	x		Cooperbiorga
Olerícolas	x		Feira livre municipal, PNAE, PAA, mercado varejista, na unidade produtiva e porta-em-porta.
Panificados		x	Feira livre municipal, PNAE, PAA, na unidade produtiva e porta-em-porta.
Trigo	x		Cooperbiorga, Feira livre municipal.

Fonte: pesquisa de campo (2012).

Dentre os produtos do Quadro 03, destaca-se que 54,5% deles são certificados e 45,5% não possuem certificação, sendo que os processos de certificação destas famílias e seus respectivos produtos, era oportunizado pela Rede Ecovida de Agroecologia, na forma participativa. A produção de leite presente em cinco das seis famílias não era certificada pelo fato de ser vendido para laticínios que não tinha rota específica para o grupo, pois segundo os relatos nas entrevistas, era inviável pela logística necessária e o pouco volume produzido e, pela ausência de estabelecimento industrial que pudesse processar o leite orgânico. Porém, a atividade leite apresentou 46,91% da renda das famílias.

Nas formas de comercialização destacam-se os canais curtos (CC), seja a feira livre, os mercados institucionais executados em âmbito local, a venda na unidade produtiva ou nas casas dos consumidores (porta em porta) (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Os CC são uma forma de interação com o consumidor, oportunizando criar laços



de proximidade e confiança. Ploeg (2008) diz que para construirmos um caminho de desenvolvimento rural, na produção e construção de mercados, os processos devem ser pensados com a ligação dos agricultores aos diferentes mercados, produzindo novos produtos e serviços.

Assim pode-se caracterizar a tipologia dos canais de comercialização e dos mercados construídos por estas famílias, presentes no Quadro 2, da seguinte forma: a) mercados institucionais; b) as cadeias curtas agroalimentares; c) as vendas feitas através da Cooperativa de Produtos Biorgânicos (Cooperbiorga); d) os pontos de abastecimento formais. Nos mercados institucionais participavam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que é executado no âmbito do Programa Fome Zero, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), prevê a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares para abastecimento a instituições locais, entidades e associações. E Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que estabelece através da Lei nº 11.947/2009 que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

A venda por cadeias curtas são canais de comercialização em que as transações são feitas de forma direta entre os agricultores e consumidores, havendo pouca distância espacial e social entre a produção, venda e consumo. Como exemplo destes mercados de CC pelas famílias, temos a feira livre municipal, vendas na propriedade e nas casas dos consumidores (porta em porta). Destacando que as vendas nas casas de porta em porta eram somente feitas sob encomenda, as vendas eram previamente solicitadas pelos consumidores diretamente aos produtores que faziam a entrega. A venda para a Cooperbiorga era somente de produtos orgânicos certificados, pois esta é uma Cooperativa de agricultores orgânicos, que faz parte de Rede Ecovida e que beneficia a produção principalmente de grãos e organiza a comercialização de seus produtos e subprodutos, conferindo um tipo de apoio comercial à produção orgânica em escalas maiores.

Os pontos de abastecimento formais como o laticínio, mercados de atacado e varejo, representam também mercados acessados pelas famílias em nível local, que oferecia oportunidade de venda, mas também algumas restrições, pois os produtos deveriam estar condicionados aos selos de certificação orgânica para a venda (exceto



leite). Para Wilkinson (2008), os agricultores familiares precisam desenvolver capacidades próprias e iniciativas autônomas para abrir mercados alternativos. Ao mesmo tempo em que garantam níveis adequados de qualidade, viabilizando sua permanência no meio rural, precisam negociar a transição de mercados locais, informais, que funcionam com base em redes de proximidade para mercados regionais e nacionais. Podendo ser através de redes sociais ou mecanismos como selos e certificados que transmitam informações de origens e reputação aos consumidores à distância.

6 Considerações finais

As famílias demonstraram uma perspectiva da agência de sua própria ação frente a um sistema de produção ('moderno') que estava se mostrando inviável para suas respectivas condições de trabalho e anseios. O descontentamento e os problemas ocasionados pelas práticas produtivistas da agricultura moderna trouxeram motivações para a mudança de sistema produtivo, em busca de maior autonomia produtiva, melhores condições econômicas e na preocupação em manter o agroecossistema saudável, oportunizados pelo sistema orgânico. Assim, como os alimentos e produtos produzidos e consumidos, na percepção do bem estar e saúde dos membros de suas famílias.

A análise das entrevistas e dos dados coletados oportunizou destacar a importância de integrar os aspectos sociais, ambientais e econômicos que levaram às famílias a fazer a transição para o sistema orgânico de produção. Destaca-se que as motivações dos agricultores que foram apontadas na pesquisa, consideraram ambos os aspectos, e que retrata a necessidade de articular as diferentes dimensões na busca de desenvolvimento e sustentabilidade.

Os diferentes mercados acessados mostram a importância da agricultura familiar em construir alternativas em cadeias curtas de comercialização, que lhe conferem maiores condições de diversificar a produção, favorecendo o equilíbrio no agroecossistema, a inserção social das famílias produtoras e a rentabilidade pela venda direta. Estas considerações permitem pensar a produção orgânica como viável no sentido de um desenvolvimento rural com iniciativas endógenas, na valorização local das condições e dinâmicas regionais de cada ambiente e território.

Referências



ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável.** 1995.

ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2002.

AMEOSC. **Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense.** Disponível em:
<<http://www.ameosc.org.br/conteudo/?item=1389&fa=16&PHPSESSID=biab1kccvfc4elh m928jnuaon7>>. Acesso em: 19 ago de 2012.

BARBOSA, L. C. B. G; LAGES, A. M. G. Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. **Anais...** Brasília, 2006.

BRITO, P. F.; GOMIDE, M; CÂMARA, V. M. Agrotóxicos e saúde: realidade e desafios para mudança de práticas na agricultura. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 207-225, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007. **Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/decreto-no-06-323-de-27-de-dezembro-de-2007.pdf/view>. Acesso em 13 abr 2017.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Lei Nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/lei-no-10-831-de-23-de-dezembro-de-2003.pdf/view>. Acesso em: 13 abr 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

DAROLT, M. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós. 2013, 393p., 139-170pp.

DIAS, V. V. et al. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 161-182, 2015.



GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (ORGs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2017, 520p. (Série Estudos Rurais).

HONORATO, L. A.; SILVEIRA, I. D. B.; MACHADO FILHO, L. C. P. Produção de leite orgânico e convencional no Oeste de Santa Catarina: caracterização e percepção dos produtores. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, set. 2014.

HOWARD, Albert Sir. **Um testamento agrícola**. Tradução prof. Eli Lino de Jesus. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2007, 360 p.

IBGE. Censo AGROPECUÁRIO. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. **Rio de Janeiro: MPOG**, 2009.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 1-9, 2014.

MEDAETS, J. P; MEDEIROS, J. X. A Ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In: XLII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL. **Anais...** Cuiabá, 2004, 18p.

MEDAETS, J. P; FONSECA, A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. 104 p. (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural).

MEIRELLES, L. Comercialização e certificação de produtos agroecológicos. **Encuentro Agroecología de Brasil**, v. 5, 2003.

OLTRAMARI, A. C.; ZOLDAN, P.; ALTMANN, R. **Agricultura Orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 55p.

PETTAN, K. B. **A política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências**. Campinas, SP [s.n.], 2010. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

RADOMSKI, G. F. W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós. 2013, 393p., 297-323pp.



REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Certificação Participativa**. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/category/a-rede/certificacao/>>. Acesso em: 12 mai de 2012.

REGANOLD, J. P.; WACHTER, J. M. Organic agriculture in the twenty-first century. **Nature plants**, v. 2, p. 15221, 2016.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, Wageningen, v. 35, p. 393-411, 2003.

ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Revista Agriculturas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, junho de 2013.

STRINGHETA, P. C.; MUNIZ, J. N. (Eds). **Alimentos Orgânicos: produção, tecnologia e certificação**. Viçosa: Editora UFV, 2003.

VIGOLO, A.; SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Perfil da Agricultura Orgânica no Brasil: um olhar a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006. In.: 54º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL. **Anais...** Maceió, 2016, 20p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

WANDERLEY, M de N. B. **Um percurso na sociologia rural: textos escolhidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2009.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. UFRGS: Porto Alegre. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 213p., 2008. (Série Estudos Rurais).